

Racismo: uma encruzilhada para a psicanálise

Julia Bartsch

Resenha: *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. Por Emiliano de Camargo David e Gisele Assuar

Os espaços de estudo da psicanálise, historicamente debruçados sobre teóricos do chamado norte global, predominantemente europeus, tal qual num processo analítico, vem se deparando cada vez mais com questionamentos sobre as estruturas que os constituem e em como esses espaços repetem e replicam nesse microcosmo fenômenos ligados às relações raciais e de poder já apontados universalmente. Nesse movimento, o olhar para um fenômeno igualmente estrutural, o caso do racismo em terras brasileiras, através do prisma psicanalítico, torna-se o eixo da obra *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil*. O livro, com 208 páginas e dez capítulos, divididos em três partes: Encruzadas nas relações raciais: reflexões sobre branquitude, mestiçagem e negritude à luz da psicanálise; Encruzadas na colonialidade: clínica psicanalítica descolonizada e antirracista; Diálogos de psicanalistas nas encruzadas: sonhos, privilégios e antinarcisismo, é fruto da importante parceria do Departamento Formação em Psicanálise, um dos locais de atuação dos organizadores da obra e de parte das pessoas que com ela colaboraram, com a Coleção Diálogos da Diáspora da Hucitec Editora, voltada a priorizar a publicação de autores/as negros/as e indígenas.

Organizado por Emiliano de Camargo David, psicólogo e psicanalista, que traça a questão do racismo e sua relação com a saúde mental não só em seu percurso acadêmico, em sua dissertação de mestrado e em sua tese de doutorado, como também em sua trajetória profissional e por Gisele Assuar, psicanalista e coordenadora do projeto Q+, voltado à pesquisa e atendimento à população LGBTQIA+. Ambos organizadores convidam para a produção do livro diversos autores e autoras, não apenas para compartilharem suas perspectivas sobre o racismo, seja por experiências profissionais ou pessoais com o tema, mas também com o intuito de alcançar uma reflexão abrangente sobre como os processos coloniais de racialização, os significantes da negritude e da branquitude reverberam na clínica psicanalítica e na compreensão dos fenômenos sociais e políticos que a atravessam.

É possível notar uma preocupação em encruzilhar os capítulos, de modo a proporcionar uma leitura que seja complementar entre cada um deles e que garanta uma perspectiva para além da teoria, que, fundamentalmente, leve o leitor a considerar suas próprias práticas enquanto psicanalista e, sobretudo, entendendo-se sujeito atravessado por suas singularidades e apto a observar seu lugar dentro da estrutura da qual faz parte. O capítulo que abre a obra une

o trabalho das professoras universitárias Eliane Silva Costa, com pesquisas específicas sobre racismo e Maria Inês Assumpção Fernandes, com um longo percurso de produções voltadas às obras do psicanalista francês René Kaës e suas teorias sobre os funcionamentos grupais. Este capítulo torna-se uma introdução teórica precisa para que se possa absorver o que será visto nos capítulos seguintes. Nele, encontraremos as bases para que se aperceba como a ideologia, considerando-se ainda noções do ideal do Eu, serve de ferramenta para justificar os atos coloniais de dominação e subjugação do outro e de como a ciência também se envereda nesta prática através de teorias apoiadas em supostas bases biológicas a fim de estabelecer supostos parâmetros de superioridade e inferioridade. Não fica de fora o destaque a um acordo coletivo estabelecido, considerando-se as teorias do funcionamento grupal de Kaës, onde é possível equiparar tal ideia à apontada pela psicóloga e ativista brasileira Cida Bento com o chamado ‘pacto narcísico da branquitude’. Lembremos, desta forma, que os termos coloniais, que justificaram o aprisionamento de pessoas de pele negra do continente africano em um passado historicamente não tão distante, ainda se veem reflexionados até os dias de hoje, como será apontado nos capítulos seguintes.

Seguindo na construção dessa encruza, o segundo capítulo é apresentado por Isildinha Baptista Nogueira, cuja trajetória de formação psicanalítica é atravessada precisamente por alguns dos pontos por ela levantados. Enquanto mulher negra, sua presença torna-se, em seu tempo, exceção no meio psicanalítico, como entenderemos, e, por isso mesmo, será inevitável pensar sobre como esse significante incide sobre o conteúdo do capítulo em questão, chamado *Do olhar do outro à sublimação de se constituir negro*, ainda que a experiência pessoal não tenha sido o enfoque (diferente do que veremos mais adiante, nos capítulos 5 e 10). Isildinha inicia sua escrita trazendo uma histórica da psicanálise branca e elitista. O silenciamento imposto a quem já houvesse tentado fazer um apontamento tão incômodo a essa elite, caso de Virgínia Bicudo em sua tese de 1945, como destaca a autora, é sustentado pela academia, igualmente branca, que alegava não existir preconceito racial. O corpo negro é tido como o outro em uma representação social onde o branco é a norma. Neste capítulo, passamos a entender o que implica viver neste corpo, constituir-se pelo olhar do outro e, finalmente, a possível mudança do próprio olhar.

Colocadas as perspectivas teóricas desses existires singulares e plurais no que é a primeira parte do livro, a segunda parte logra apresentar propostas de descolonização da clínica. Será Cristina Rocha Dias, psicanalista e educadora, a levantar, como diz o próprio nome do capítulo, as marcas coloniais na escuta clínica. Nele, apresenta-se a noção do estrangeiro e, dentro disso, o racismo como tema estrangeiro aos psicanalistas. O racismo, como diz Rocha, não é criado pela instituição, mas recorda-nos que é por ela reproduzido. Ao aproximar-se do mundo colonial, lembra do colonizado representado como o mal, assim como um estrangeiro visto como ameaça. Ao pensar em como, nesse processo, o negro é tido como uma humanidade à parte, remetendo à Mbembe, a autora convoca a instituição psicanalítica e sua branquitude a não se manter surda e saber efetivamente em que contexto ela se forma, incluindo uma reflexão sobre quais os saberes são considerados para fundamentar suas teorias e quais, seguindo a lógica colonialista, são desclassificados.

O quarto capítulo une três professores do Departamento Formação em Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, sendo um dos organizadores, Emiliano de Camargo David, juntamente com Patrícia Villas-Bôas e Lívia Santiago de Moreira. Estes, por sua vez, unem-se a nomes

fundamentais (como também farão outros autores e autoras do livro) para a compreensão do colonialismo e do racismo para propor uma psicanálise antirracista, tais como Achille Mbembe, Lélia Gonzales, Audre Lorde, Grada Kilomba, Neusa Santos Souza, entre outros, colocando-os lado a lado com nomes inevitáveis da psicanálise, como Sigmund Freud e Jacques Lacan, além de René Kaës. O termo ‘encruzilhada’ ora vem como sinônimo de um impasse, ora como esse espaço de oferendas conhecido no candomblé, onde está Exu, aquele que abre caminhos. Aqui, vemos que esse racismo, tal qual uma “neurose cultural brasileira”, como traz a citação de Lélia Gonzalez feita pelos autores, relaciona-se com a dificuldade da instituição psicanalítica (e seus psicanalistas) em se aperceber da realidade histórico-cultural na qual ela está inserida. Para isso, seria necessário uma desidealização, passando-se por um sofrimento institucional advindo do golpe narcísico ao reconhecer-se como sujeito ativo na produção desse ‘narcisismo das pequenas diferenças’ cunhado por Freud.

Partimos para o capítulo cinco, onde a psicanalista Ana Gebrim, uma mulher branca, oferece sua experiência ao ver-se racializada por um sujeito negro em sua prática clínica e do estranhamento inicial advindo pela noção intrínseca da branquitude, onde ser branco é tido como um traço de normalidade e não de diferença. Como num contraponto e ao mesmo tempo como complementaridade ao capítulo dois, a autora traz o corpo e sua posição como analista, pensando em como o processo psicanalítico pode ser atravessado pelo inconsciente colonial. As perguntas que se faz sobre transferência, posição do analista, a revisão da própria história, tanto pessoal como da História em si, a preocupação em não reproduzir relações que possam levar à repetição do trauma são perguntas que, espera-se, todo psicanalista se permita fazer.

A ideia da ‘necroinfância’ é o eixo condutor do sexto capítulo, escrito pelo psicanalista Kwame Yonatan Poli dos Santos. Ele também é um dos articuladores do projeto “Aquilombamento nas Margens”, que tem como mote principal a escuta do racismo estruturante. A partir desta visão, o autor apresenta os efeitos da pandemia como uma atualização do contexto histórico onde a população preta e periférica acaba por ser a mais atingida. A necroinfância se relaciona com as ações que impedem o sujeito de nascer e crescer. Fanon “conversa” com Foucault pelas linhas do autor do capítulo ao se pensar no colonialismo, seja nas práticas que o questionem, segundo o primeiro, seja na observância de dispositivos coloniais, tais como discursos de persuasão e a formação de um dispositivo que atua em nós, como diz o segundo. O autor deste capítulo nos evidencia a existência de uma história que tem a Europa como universal, o racismo em si como ferramenta de colonização e a necessidade de uma reorientação ética a fim de se descolonizar a clínica.

A apresentação de um caso do psicanalista inglês Douglas Winnicott acaba por servir de exemplo para refletir a ausência do letramento racial na formação dos psicanalistas. De autoria dos psicólogos e psicanalistas Marina Reigado e Fábio R.R. Belo, o chamado caso Molie traz um trabalho de Winnicott considerado o único relatado por ele com uma criança negra. O desejo de ser branca desta criança é compreendido por Winnicott como o desejo de aceitação pelos pais adotivos, um casal branco. Os autores apontam para a ausência de referências aos sofrimentos de ordem racial. Equiparando esse caso a outros já acompanhados pelo psicanalista, crianças com alguma deficiência física, a cor da pele é equiparada a um defeito do qual só se apercebe na relação com o outro. No acompanhamento do caso Molie, é trazida a falta de contato com a

questão do racismo, propondo que este possa ser reconhecido como uma distorção do ambiente e não do indivíduo, a fim de formar um *self* saudável, em termos winnicottianos.

A parte três da obra, *Diálogos de psicanalistas nas encruzadas: sonhos, privilégios e antirracismo*, inicia com o oitavo capítulo, focado na proposta de um ‘antinarciso’. O capítulo é escrito pelo educador José Damico, autor e pesquisador de temas que fazem interface com o racismo, Taismin Ohmacht, psicanalista, escritora e pesquisadora de relações raciais e Tadeu de Paula Souza, coordenador do grupo de pesquisas Egbé: negritude, clínica e política do comum. Aqui, a noção do narcisismo se apoia em Frantz Fanon, visto como uma afirmação identitária. A identidade do negro, num processo de gozo suplementar, é definida pelo branco. Os autores buscaram apontar que o narcisismo opera de formas diferentes em sujeitos brancos e negros: o narcisismo branco, no lugar de dominação e sendo ativo, enquanto o narcisismo negro operaria como defesa, sendo reativo. A proposta de anticolonialidade apresentada pelos autores destaca a observância da existência de um narcisismo projetado pela branquitude, havendo a necessidade de se considerar a existência de outros corpos desejantes, escapando-se da compreensão de um narciso único e universal.

A experiência com sonhos e a escuta destes durante a pandemia é trazida pelas autoras do nono capítulo. As psicanalistas Jaqueline Imbrizi, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas e Sonhos, Juventudes e Psicanálise e do projeto Arte e Sonho e Ana Lucia Gondim Bastos, professora no Departamento Formação em Psicanálise do Sedes Sapientiae, juntamente com a psicóloga Adriana Rodrigues Domingues, voltada a projetos de intervenção em saúde pública, fazem a escuta do material onírico acolhido durante a pandemia do coronavírus. Mais uma vez, dados estatísticos do período da crise sanitária, as ações políticas e os políticos do Brasil nos convidam a embarcar na busca por compreender o que uma narrativa onírica pode nos dizer sobre a realidade brasileira. O “navio negreiro” do título se encontra com um sonho que tem como cenário uma embarcação de luxo e que é marcado por incômodos, ou sonos injustos, como escrevem as autoras. Seguimos navegando, desta vez através do emblemático Titanic, cujo naufrágio ficou conhecido pela sobrevivência dos mais abastados, tal qual o paralelo traçado pelas autoras com a realidade da população durante o pico da pandemia. O lema “O Brasil não pode parar” é ilustrado pela imposição aos mais desfavorecidos de embarcar em transportes lotados para abastecer os bens e serviços dos demais, mantendo vivo o curso do colonialismo e do racismo.

O décimo e último capítulo é, fundamentalmente, o relato da experiência pessoal de Eduardo Lara, psicanalista e também filósofo, coordenador do Núcleo de Fomento à Filosofia no Departamento Formação em Psicanálise do Sedes Sapientiae. Sua consciência do corpo é apresentada durante um ataque racista em sua adolescência e acaba por se reapresentar no questionamento à acessibilidade e à formação em psicanálise. A instituição psicanalítica (e não só) é vista pelo viés do patriarcado, questionando-se o privilégio racial e a negação da alteridade. O autor pergunta o que é ser psicanalista, recorrendo à ideia do ‘dentro e fora’, clamando para um implicar-se, no qual a atuação psicanalítica é um dever, atentando aos riscos de uma regulamentação da profissão que, mais uma vez, se nortearia por regras de uma estrutura de dominação e exclusão, não dando espaço para revisões estruturais. Sua afirmação de que, na psicanálise brasileira, o não branco é entendido como ‘o outro’ é a flecha precisa na ferida narcísica de nossas instituições psicanalíticas.

Exu para abrir caminhos a quem se dispõe a rever suas práticas clínicas, a flecha de Oxóssi para provocar feridas narcísicas necessárias, o apoio de Xangô a quem quiser se aprofundar nos estudos indicados para uma compreensão precisa a fim de rever as próprias atuações enquanto psicanalista e em como se dá sua relação com o outro que se lhe apresenta. As encruzilhadas, no candomblé, são conhecidas por serem locais de oferenda. Colocar a psicanálise (e psicanalistas) na encruzilhada, ao acompanharmos os capítulos do livro em questão, é não só colocá-la no divã e desafiá-la a enfrentar seus mecanismos de defesa, seus pactos narcísicos e reconhecer suas estruturas. A obra se propõe a oferecer caminhos que facilitem esse processo, bastante analítico, por sinal. Se os saberes não são apenas os que nós, enquanto psicanalistas, estamos habituados a receber e a naturalizá-los em nossas formações ocidentais, podemos e devemos quebrar alguns paradigmas para que o aquilombamento aconteça enquanto lugar e ideia de agregação e circulação de saberes.

Um ponto que não deve escapar é o fato de que não são apenas as escritas dos capítulos em si, mas também as referências bibliográficas utilizadas pelos diversos autores a serem reverenciadas. Se, para alguns leitores, a discussão do racismo pode ser algo recente, é imprescindível notar o grande número de obras que apontam a problemática do racismo e também da branquitude desde longa data. Temos Virgínia Bicudo com sua tese nos anos quarenta, Neusa Santos Souza e Lélia Gonzalez nos oitenta, ou Cida Bento no início dos anos 2000, o mundo teve Frantz Fanon nos anos cinquenta, Audre Lorde nos oitenta, Achille Mbembe desde os anos oitenta até hoje, assim como Grada Kilomba, apenas para citar alguns exemplos. Estamos, portanto, extremamente atrasados em nossas discussões que, como postulam os autores, não devem se limitar a pensar na existência de uma problemática ‘do negro’, a ser resolvida ‘pelo negro’, mas primordialmente assumir que o racismo é um problema ‘do branco’ e segue existindo por causa dele. Assim, psicanalistas brancos devem confrontar seus pactos a fim de descolonizar a psicanálise de maneira efetiva.

Os significantes ligados aos corpos brancos e negros ainda estão presentes na clínica, pois é inevitável pensar que nossas formações vão para além das teorias, elas são também o que nos é transmitido e vivido em nosso processo de constituição enquanto sujeitos. A leitura de cada capítulo de *A Psicanálise na Encruzilhada* obriga-nos a uma transmutação que pode muitas vezes ser incômoda, entre o dentro e o fora, o que é meu e o que é do outro e o que advém desses encontros. A questão que fica é a reflexão sobre um percurso enviesado pelo discurso colonialista de que um corpo é diferente do outro pela cor. Cabe ao psicanalista olhar para seu próprio olhar.

A obra atualiza a discussão sobre o racismo, traçando um paralelo com conhecimentos para além da psicanálise, onde a história, a política e a sociedade tomam parte do enredo. Dados estatísticos e fatos recentes, como é o caso da pandemia, trazem de volta velhas discussões. Enquanto esse texto é escrito, nos deparamos com uma coluna no *website* da UOL com o seguinte título: “86% dos adolescentes resgatados do trabalho escravo em 2023 são negros”¹. O título se conecta aos dados trazidos no capítulo seis do livro sobre mortes de crianças negras pelas mãos de agentes do estado ou sobre a morte do menino Miguel, de apenas cinco anos, por conta da

1. Disponível em: (<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2023/06/12/86-das-criancas-e-adolescentes-resgatados-da-escravidao-em-2023-sao-negros.htm>). Acesso em: 17 out. 2023.

negligência da patroa rica e branca de sua mãe e que responde o processo em liberdade. Não há como não pensar na importância de se reconhecer a construção histórica que coloca corpos negros como objetos de violência, justificada por discursos formulados pela colonização e ainda arraigados nesse inconsciente racista nem tão inconsciente e que tornam tais manchetes algo demasiado frequente.

Especialmente para que tais violências não se repitam e muito menos se reproduzam no fazer da psicanálise, a aproximação com escritas e compartilhamento de saberes que levem a uma reorientação das práticas clínicas e individuais dos que fazem essa psicanálise é condição *sine qua non* para que isso aconteça. Se a obra é fruto de um trabalho coletivo, a observância da problemática do racismo na prática psicanalítica também o deve ser. Por isso mesmo, as 208 páginas de *A Psicanálise na Encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil* cumprem a função de trazer um apanhado às vezes delicado, às vezes incômodo, daquilo que pode nos tornar sujeitos desejantes de uma clínica descolonizada.